



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE A EXPANSÃO DA ESCOLA BRASILEIRA

Jéssica Rodrigues Anizio Lira

Universidade Federal da Paraíba - jessica.rodrigues.jp@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar o processo de expansão da escola brasileira ocorrido no período entre a elaboração da constituição de 1824 e o processo de reestruturação da democracia no Brasil em meados dos anos 80. Utilizamos a ferramenta da pesquisa bibliográfica e documental, bebendo em fontes extremamente relevantes para a discussão do tema que abrange a estruturação e a análise crítica do processo de expansão do ensino escolar brasileiro, sendo considerados os mais relevantes deles para esta pesquisa Azevedo (2001) Saviani (1999) bem como a análise do documento assinado por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, entre outros: O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Discutimos a pretensão dos pioneiros ao elaborar o documento, no que se refere ao acesso à uma educação de qualidade à todos, criticando a dualidade educacional existente na escola brasileira. Evidenciamos também o papel da classe média no processo de busca pelos direitos à educação em níveis equivalentes para todas as classes sociais, através do empoderamento da mobilização social na luta pela educação. Concluímos que a expansão da escola brasileira foi um processo descontínuo e instável. Ao passo que a educação, vista pela elite como a ferramenta que tiraria o país da estagnação econômica, se tornou um motivo de reivindicação da classe média, por compreenderem que a educação seria uma forma de ascensão social. Sua função se tornou ambígua e divergente da que se idealizou, ainda que a classe média não tenha conseguido superar o dualismo pedagógico existente, contribuíram para massificação do ensino no Brasil.

Palavras-chave: expansão da escola brasileira, massificação do ensino, dualismo pedagógico, papel da classe média.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar a expansão do sistema educacional do Brasil, bem como mostrar a função da escola nesse período compreendido entre a criação da primeira constituição de 1824 e a reinstalação da democracia no país em meados dos anos 80.

A partir da revisão bibliográfica do texto de Janete Maria Lins de Azevedo, em diálogo com outras literaturas, pretende-se mostrar alguns avanços, retrocessos e ambiguidades existentes nesse processo de regulação do sistema educacional de ensino, a fim de tentar compreender como sucedeu a criação desse espaço escolar público, laico, obrigatório, gratuito e coeducacional.



O trabalho está dividido em três partes, na primeira explicitamos a metodologia utilizada para a construção do trabalho, em seguida procurou-se analisar criticamente as principais ideias defendidas pela autora e por fim, apresentam-se as considerações finais que encerram num primeiro momento esse debate, deixando explícitos os resultados dessa análise, bem como uma sugestão de questionamentos que possam nortear novas pesquisas.

METODOLOGIA

Utilizamos a ferramenta da pesquisa bibliográfica investigativa, utilizando como fonte de pesquisa alguns livros e artigos relevantes para o tema de pesquisa, destacamos dentre eles as contribuições de Azevedo (2001) que nos forneceu as informações que nos encaminharam à formulação do norte da pesquisa, os nossos objetivos gerais, que estão intimamente relacionados ao objeto de estudo da autora. Conseguimos, portanto, construir alguns diálogos entre seu pensamento e o Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, por perceber seu papel de grande significado e inúmeras contribuições para a expansão da escola no Brasil.

Para nortear as técnicas de pesquisa, nos baseamos nos conceitos de Lima e Miotto (2007), seguindo os parâmetros de leitura seletiva e organizada, escolhendo as fontes mais relevantes do ponto de vista científico e acadêmico, bem como as que mais se aproximaram com o nosso objetivo central de estudo, que possuíssem uma linguagem clara, científica e que respondesse aos seus objetivos.

Distinguimos as informações mais relevantes para a pesquisa, dando interpretações e novas significações a ela. Construimos o trabalho de forma a buscar as respostas às problemáticas levantadas inicialmente. Ainda que não haja algo de inédito a apresentar, quando se trata de estudos históricos, as nossas lentes poderão contribuir com um novo olhar acerca do tema.

Percorremos as leituras com o foco voltado para a expansão do ensino escolar brasileiro, tentando elucidar algumas questões importantes nesse processo, como a pretensão dos pioneiros e o papel que a classe média teve nesse momento histórico tão importante, para isso, construimos fichas temáticas buscando extrair dos textos os conceitos de escola, suas características naquele período, e como se deu o processo de massificação do ensino no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Antes de qualquer coisa, é importante destacar que nessa nova política educacional ainda persistiam os traços culturais do Brasil colônia que seria a perpetuação de um modelo de educação que expropriava grande parte da população do direito à escolarização básica. Com a constituição de um Estado-Nação emancipado, o aspecto educacional surge de forma relevante nesse processo social.

O que caracterizou a implantação desse novo sistema de educação foi à ausência de uma luta de classes, pelo fato de haver nesse novo sistema uma relação de interesses comuns entre os novos e os antigos privilegiados, ou seja, houve uma mudança no regime político, porém a elite dominante pretendia manter a mesma configuração socioeconômica. Com isso, o pensamento liberal existente nesse processo sofreu algumas adaptações com relação ao que era difundido nos países onde ele nasceu.

A cultura escravocrata estava impregnada nas representações sociais, pelo fato de excluir dos processos democráticos o escravo que era coisificado e não era tido como um cidadão brasileiro; essa classificação era obtida apenas pelos detentores de poder aquisitivo. Portanto, a garantia de educação primária e gratuita aos cidadãos descrita na Constituição no artigo 179, acabava por negar esse direito não apenas aos escravos, mas também aos homens livres que fossem pobres, construindo assim, uma educação voltada para a elite e outra voltada para as massas.

Mas, montada, na sua estrutura tradicional, para a classe média [...] enquanto a escola primária servia á classe popular, como se tivesse uma finalidade em si mesma, a escola secundária ou do 3^o gráo não fórma apenas o reducto dos interesses de classe, que crearam e mantêm o dualismo dos systemas escolares. (AZAVEDO, F. et al. 1932, p. 69-70).

O caráter dual do sistema de ensino brasileiro vem se desvinculando desse movimento original por causa dessas particularidades locais, pois, o objetivo da escola para as massas era o de criar o indivíduo útil para a construção do progresso econômico ansiado pela elite (ensino primário e ensino secundário/técnico), ou seja, educar para o trabalho. Neste cenário, fica explícito, pois que é na escola primária e também na Escola normal (formação de professores majoritariamente mulheres) que se dá a escolarização do pobre, tornando-o um indivíduo desqualificado socialmente, enquanto a educação elitista se preocupava em formar pessoas capazes de ocupar os mais importantes espaços públicos e exercer as funções liberais de maior prestígio, por meio do ensino secundário voltado à preparação para o ensino superior.

Com a democratização dos processos políticos utilizou-se o discurso de que a escolarização era uma ponte para viabilizar a participação das massas nesses processos, porém, se nota que o tipo



de educação fornecida e o contexto de vida desse povo tornava nulo esse “direito”, vez que, as circunstâncias controladas pelas elites não permitiam ao povo obter a criticidade exigida para o ato de votar, muito menos condições para isso, já que nesse momento, o voto não era secreto, e que por essa razão os pobres teriam que votar naqueles que os ricos determinavam para que não perdessem alguns benefícios pessoais, como empregos, moradia, etc., esse tipo de voto ficou conhecido como: “voto de cabresto”.

Esse caráter civilizador da população economicamente desprivilegiada foi o carro chefe da condução da educação que ela recebia, e, portanto não se levava em consideração o direito civil que ela tinha, apenas sua condição de infrutífera num contexto social que a todo instante buscava um progresso econômico que necessitava de uma mão de obra minimamente especializada para promovê-lo, o que anteriormente com o sistema feudal era exercido pelos escravos, com a Abolição e a Revolução Industrial passou a ser conduzida pelo trabalho do cidadão oriundo dessa escravidão, que conseqüentemente produzia efetivamente, a riqueza do país, e não possuía, no entanto, essa qualificação para o trabalho. “E’ certo que é preciso fazer homens, antes de fazer instrumentos de produção [...] homens cultivados e úteis sob todos os aspectos.” (AZEVEDO, et al. 1932, p. 60). Não se pode considerar ainda nesse contexto, que a educação das massas tinha um caráter nacionalista ou patriótico, mas apenas civilizador.

A pretensão dos “inovadores”

Para aqueles que propunham essa regulação do sistema educacional, a educação era vista como um instrumento adestrador daqueles que ocupavam as classes dominadas, por considerá-los incultos e improdutivos na sociedade. Com esse discurso, os “inovadores” tinham como objetivo civilizar o povo para o novo modelo de cidadão que se desejava ter nesse período, apesar disto, pelo fato dos ideais republicanos estarem presentes nesse processo, aos poucos foi crescendo dentro das classes subalternas à temática educacional como pauta de suas reivindicações, contudo a hegemonia econômica acabava por reprimir as possíveis reivindicações das massas por seus direitos utilizando-se de vários artifícios para evitar o confronto, como a própria lealdade do povo, chegando a utilizar-se de violência para combater a propagação dessas ideias de luta pelos interesses dos pobres.

O Brasil se encontrava num momento histórico em que os pensamentos patrimonialistas influenciados pelo colonialismo ainda estavam em evidência, pelo fato de que o estado oligárquico pretendia manter hegemônicos os interesses dos agraristas dominantes, por outro lado percebe-se



que a elite cafeeira buscava por meio da modernização capitalista, usurpar dos recursos financeiros públicos, para se autopromoverem, existia então uma disputa de interesses entre as elites.

Nesse momento, as práticas políticas exercidas no país eram frutos de resquícios do coronelismo colonial, onde o mandonismo, o clientelismo e o apadrinhamento político, eram as principais, (ou as únicas) formas de ingresso num cargo público. Inserida neste contexto, existia uma forte ambiguidade que se refere ao fato da elite tornar invisível àquele que não fazia parte dela, ainda que por outro lado, os excluídos insistiam, mesmo que arbitrariamente, contrariar os interesses elitistas.

Há a hipótese de que essa ambiguidade existiu por causa dos imigrantes, na maioria formada por italianos e espanhóis, que ocuparam nos setores industriais, os espaços dos cidadãos nativos, em razão de possuírem uma maior qualificação. Acerca do papel dos imigrantes na construção da luta pela educação para todas as classes, Saviani (1999, p.16) explicita que:

Na vanguarda desta luta estiveram os operários gráficos exatamente porque, por exigência do ofício dominavam o alfabeto [...] Resultaria, assim, de grande interesse um projeto conjunto que estudasse o impacto do fenômeno migratório nas lutas pela educação popular.

Acredita-se por outro lado, que esses mesmos imigrantes podem ter sido os responsáveis por trazer os ideais socialistas e anarco-sindicalistas para os trabalhadores brasileiros, sendo uma possível causa das insistentes reivindicações dessa camada da população, nesse período.

Nesse contexto político e social, a educação passou a ser pensada como um problema nacional. Começou-se a observar que era do Estado à responsabilidade sobre a política educacional, apesar de a problemática ter se ampliado por causa da descentralização federalista que se difundiu no país de modo desenfreado. Após a criação das universidades, em sua essência a educação permaneceu com o seu caráter ambíguo por ainda privilegiar os detentores de maior poder aquisitivo, ou seja, eram criados espaços escolares, mas não havia condições de toda a população ser beneficiada com eles, tornando a educação elitista e excludente.

O papel da classe média no processo de criação do sistema educacional

Durante um longo período, a classe média assume um papel importantíssimo na educação do povo brasileiro, por ser ela que mobiliza a luta pelos direitos das classes mais baixas possibilitando



assim, a criação de espaços como as ligas que pretendiam tornar mais visível os interesses dos grupos urbanos industriais. Através das oligarquias existentes, buscava-se implantar suas demandas.

A educação era tida como uma grande “salvadora da pátria” capaz de trazer a resolução de todos os problemas do país, tendo em vista que o analfabetismo era considerado o grande vilão nesse processo de busca pela ascensão econômica nacional. Era colocada na parcela ignorante da população, a culpa pela estagnação financeira da nação e, a preocupação com a instrução tem como base esse pensamento. Para os militares criadores (juntamente com políticos) das ligas essa era a função educativa do povo: “[...] torná-lo a fonte de votos que deveriam legitimar novos grupos no poder; dirigir a nação, porém, era tarefa das elites” (CARONE, 1970 *apud* AZEVEDO, 2001, p. 27). Nascia então, a Liga Brasileira que se propunha a resolver o problema do analfabetismo do país e que posteriormente, seria o palco que daria origem aos partidos políticos democráticos. Nesse contexto, funda-se a Associação Brasileira de Educação (ABE) que trouxe para o campo da educação um reconhecimento profissional efetivo. Seu propósito era de implantar no país uma política educacional, que consistia em formar o cidadão civil e moralmente capaz de exercer o direito ao voto de forma lúcida, exterminando toda a ignorância da sociedade.

Embora alguns ideais divergissem em relação ao âmbito social, a proposta para a educação consistia em universalizar o ensino primário, torná-lo obrigatório e por essa razão, gratuito e, que fosse de inteira responsabilidade do Estado à criação das condições para sua boa execução, conduzindo a formação de professores por meio de um espírito científico, muito discutido no Manifesto dos pioneiros da Educação Nova. A partir dos anos 30 se dá início às mudanças nas regulações educacionais, marcadas pela criação do Ministério da Educação e Saúde, pela Constituição de 1834 e pela promulgação do Projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Nesse marco, a educação passa a ser pensada para um modelo de modernização capitalista. Iniciam-se, portanto, os processos de lutas de classes pelas camadas da população pelo direito à participação política efetiva, diante disso:

[...] os educadores estão interessados em compreender as especificidades da gênese e do desenvolvimento da escola pública, a partir do século XIX, observando como este modelo escolar articula-se ao processo de constituição da esfera pública em nosso país, de secularização da cultura e de progressiva especialização no campo educacional, consoante um projeto de construção da nacionalidade. (XAVIER, 2000, p.4)



Embora se buscasse um progresso econômico por causa do sistema industrial, não se romperam totalmente com os velhos ideais da educação tradicional, tendo em vista que a educação se configurava como excludente para aqueles oriundos das classes menos favorecidas, deixando explícito o caráter autoritário desse novo sistema. Ao passo que se aumentaram as ofertas, cresceu também a demanda, forjando assim, uma nova configuração da escolarização que oferecia aos pobres uma escolarização para o trabalho (Ensino técnico) que anteriormente era proporcionado aos ricos, que nessa nova etapa passaram a receber o ensino superior, já que a elite necessitava desse novo perfil de trabalhador mais qualificado.

As classes médias, consideradas as grandes responsáveis pela expansão da escolarização, começaram a desejar ter também o acesso ao ensino superior que ainda era considerado elitista. “Ao aspirarem ao *status* de elite, as classes médias vão lutar pela equivalência entre o ensino médio e o acadêmico, de modo a terem acesso ao ensino superior” (AZEVEDO, 2001, p. 36). Nesse contexto, “A escola pública era apontada como aquela capaz de oferecer formação para o trabalho e para a cidadania; responsabilizada, pela questão de “vida ou morte” da sociedade.” (MAHADO; SILVA, 2007, p.203), ao passo que era almejado e reivindicado pela classe média o direito ao acesso a essa ferramenta de desenvolvimento econômico e social, que se dava no campo da educação nesse momento histórico.

Com o golpe militar de 1964 se abriram caminhos para a internacionalização do mercado interno. A partir dessa configuração político-econômica definiu-se por meio das constituintes, que passava a ser de responsabilidade da União definir as leis que regeriam a educação. Dessa forma, a escola tornava-se uma maneira de ascender economicamente.

É sabido que as controversas no discurso dos interesses reais da educação das massas estavam em evidência, havia por volta dos anos 60 embate de ideias quanto ao papel social da escola, e quanto às relações de dominação existentes entre o trabalho e a educação, o que desencadeou várias mobilizações populares pela educação das massas, a educação passava a ter uma função de conscientização e de força política.

Com o processo de modernização notou-se a necessidade de incluir as camadas mais baixas da população num nível de consumo mais elevado, que possibilitasse o crescimento econômico do país por meio dessa atividade de consumo, fazendo-se necessária uma reconfiguração no modelo educacional inicialmente pensado. Foi esses movimentos que tornaram possível no Brasil a reinstalação da democracia política, por volta dos anos 80.



CONCLUSÃO

Na produção do trabalho pudemos notar que a regulamentação da educação no Brasil não foi um processo fácil, contínuo nem linear, ao passo que se propunha avançar em relação à educação se prendia à antiga prática política patriarcal, coronelista, fundamentada no mandonismo e no favoritismo familiar.

A proposta educacional foi pensada de maneira a contemplar os interesses das camadas sociais envolvidas no processo, mas pode-se notar que no final das contas a educação continuava a ser seletiva e excludente, altamente prioritária às classes dominantes, e a cada nível de escolaridade que a camada popular alcançava por meio dos processos de luta social, a elite encontrava os meios necessários para “subir de nível” tornando evidente que apesar das tentativas de educar as massas e do direito que o cidadão tinha, garantido por lei à educação, o sistema educacional estaria sempre reproduzindo as desigualdades sociais ainda que se negue por meio das leis afirmando que a escola deveria ser única e comum a todos, as oportunidades de acesso à educação continuava a privilegiar a elite.

Na medida em que se buscava uma transformação no âmbito escolar do país, em virtude de encontrarem na educação popular as causas da estagnação econômica, permaneciam no país as dicotomias entre os interesses privados e públicos, onde ainda estava muito forte na mentalidade social, a política coronelista patriarcal, e esses choques de interesses impediram um avanço educacional maior, pelo fato da educação das massas negarem os interesses particulares das elites.

Não se pode negar que as conquistas obtidas nesse momento já configuravam um grande avanço social e cultural no país para a época, e que esse novo modelo de educação acabava por proporcionar uma nova possibilidade de ascensão social que no sistema tradicional de ensino não existia, ainda que por meio de uma árdua luta de superação das desigualdades sociais. Ora, ainda hoje pode-se dizer que a ascensão social depende fortemente dessa vontade e empenho pessoal para superar o fator econômico por meio da educação. Assim, constata-se como foi importante para esse período, essa conquista das camadas sociais pobres, ou simplesmente para aqueles que não faziam parte da elite brasileira.

A classe média teve um relevante papel nesse processo e, ao mesmo tempo em que o sistema capitalista industrial necessitava de uma massa que consumisse visando à geração de lucros, fazia-se necessária à educação dessa massa para que ela pudesse conquistar recursos financeiros que lhe possibilitasse a compra, isso se dava por meio do trabalho na indústria, (a educação das massas



possuía essa função), contraditoriamente, a força dessa classe tornou possível a luta pelo seu direito à educação, ou seja, a elite precisava da força de trabalho e do poder de consumo das massas e ao proporcionar a educação trouxe a possibilidade de ascensão, o que ia de encontro aos seus próprios interesses. Em tese, a tentativa de resolução do problema que os “inovadores da educação” identificaram acabou gerando para a elite um novo problema.

A questão educacional no Brasil é muito complexa não sendo possível num trabalho como esse responder a todas as questões que a temática abrange, mas esta revisão bibliográfica pode auxiliar o entendimento acerca do tema, podendo ser usado para uma pesquisa de maior complexidade futuramente.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins. O Estado, a política e a regulação do setor educacional no Brasil: uma abordagem histórica In: **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR Márcia Ângela da S; (orgs.). São Paulo: Cortez, 2001.

AZEVEDO, F. et al. 1932. O manifesto dos pioneiros da Educação Nova. In: GHIRALDELLI, Paulo. **História da Educação**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1992. p. 54-78.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10 n. 2007. p. 37-45.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; SILVA, Josie Agatha Parrilha. **Projetos de Reforma da Escola Públicas Propostos no Brasil entre 1870 e 1880**. Campinas-SP: Revista HISTEDBR Online, 2007, n.25, p. 200-205 ISSN: 1676-2584.

SAVIANI, D; LOMBARDI, J.; SANFELICE, J. (Org.). **História e História da Educação**. Campinas- SP: Autores Associados- HISTEDBR. 1999.

XAVIER, Libânea Nacif. **Particularidades de um campo disciplinar em consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio de Janeiro-RJ. 2000.